

AMAZÔNIA Ministérios e BNDES abrem licitação para estudo do impacto ambiental induzido por plano de desenvolvimento

Governo reavalia efeitos do Avanço Brasil

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

O governo federal vai reavaliar os impactos ambientais do programa Avanço Brasil sobre a Amazônia, levando em conta políticas que minimizem o desmatamento induzido pelas obras.

Os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente e o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) estão abrindo licitação para contratar uma empresa que realize um novo estudo de impacto, considerando alternativas de preservação da floresta e uso sustentável dos recursos naturais.

“O objetivo é evitar que previsões catastrofistas sobre o desflorestamento se concretizem”, disse à Folha o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

As previsões a que o ministro se refere são estudos de organizações não-governamentais (ONGs) e instituições acadêmicas sobre o potencial de devastação do programa, que prevê a realização de diversas obras de infraestrutura — estradas, hidrovias, portos e linhas de transmissão de energia — ao longo dos chamados “eixos de desenvolvimento”.

O estudo mais recente foi realizado pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) e por duas universidades dos EUA e divulgado domingo pela Folha. Ele prevê que o Avanço Brasil pode acabar com 42% da floresta nos próximos 20 anos.

Um outro trabalho, feito pelas ONGs Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e ISA (Instituto Socioambiental) profetiza que só o asfaltamento de qua-

tro estradas do Avanço Brasil iria provocar a perda de 180 mil km² de cobertura vegetal.

Revisões

“O estudo anterior não estava de acordo com o que o Ministério do Meio Ambiente pensa para o desenvolvimento da região”, afirmou a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti.

“Queremos projetar cenários do impacto considerando a inexistência dos eixos de desenvolvimento, o projeto como ele está e como seria com medidas para evitar o desmatamento”, disse.

A secretária afirmou que, dependendo do que disser o estudo, a execução de algumas obras, como estradas, poderia ser revista. “A Amazônia não depende necessariamente, toda ela, do transporte rodoviário”, afirmou. “Não queremos criar uma dinâmica populacional na região a partir da estrada.”

Segundo Allegretti, o novo estudo de impacto, que deverá ser realizado ao longo de 2001, poderá considerar ainda a criação de áreas-tampão ao longo de rodovias, como florestas nacionais e unidades de conservação.

Também deverá levar em conta o valor dos serviços do ecossistema. Quanto valeriam, por exemplo, as nascentes de rios abrigadas e alimentadas pela floresta que poderiam abastecer a população? Quanto uma mata em pé poderia gerar de renda se fosse explorada pelo ecoturismo?

“Precisamos desse tipo de avaliação para o programa inteiro, não para obras dissociadas, para evitar o uso predatório”, disse a secretária Allegretti.

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	FSP
Data	15/11/2000 Pg A18
Class.	